



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 10/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 11 de maio de 2016

----- Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para fazer uma manifestação de voto de pesar pelo falecimento de João Silvestre, ex-autarca e dirigente ativo/fundador da Associação Cumeadas. -----

----- A vereadora Dalila Barros interveio para lamentar que o assunto não tenha sido levantado pelo Partido Socialista (PS) na última reunião da Assembleia Municipal, mas sim pela Bancada do Partido Social Democrata

1

R

(PSD), bem como lamentar a omissão de um minuto de silêncio em memória da pessoa em questão, que fez igualmente parte dos corpos diretivos do Agrupamento de Defesa Sanitária de Giões (ADS). -----

----- O presidente da Câmara interveio novamente para lamentar o sucedido, porém, mencionou que *“ainda bem que houve alguém que se lembrou, dado que, era uma pessoa que felizmente percebo, reunia consenso, em termos daquilo que era a pessoa e o protagonismo, aquilo que o cidadão e munícipe João Silvestre teve”*. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para propor um minuto de silêncio, afim de *“mantermos um padrão de igualdade para todas as pessoas que foram importantes para o concelho”*, dado que o munícipe em questão foi *“um homem do associativismo e ex-autarca”*. -----

----- Com a anuência de todos os membros presentes, de seguida o decorreu um minuto sepulcral em memória de João Silvestre. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para proferir o discurso que se passa a transcrever: “ Queria aqui referir a prepotência do sr. presidente, aquando do seu show-off, não respeitando as instituições e quem as dirige, a meu ver, como representante máximo dos alcoutenejos, ser rigoroso nas suas atitudes, ser honesto, humilde e modesto, não andar com joguinhos de bastidores, os alcoutenejos merecem melhor”. Questionou se seguida o presidente, no que concerne ao resultado das Jornadas de trabalho, que ocorreram no Espaço Guadiana, bem como referir que teve conhecimento da promoção de alguns funcionários, e como tal questiona quem foram e porque razão foram feitas essas promoções? -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para repudiar as acusações apresentadas pela vereadora, dado não entender *“a sua vontade de o chamar de prepotente”*. Quanto ao resultado das Jornadas informou que as mesmas encontram-se em fase de conclusões, e que irá ser entregue posteriormente uma cópia do documento elaborado sobre as mesmas. Findou referindo que não tem conhecimento de qualquer promoção existente, no entanto, questiona a base da informação prestada. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que em Alcoutim existe *“sempre o diz que disse”*, e é nesse sentido que questionou o assunto,

2

R

“para saber se realmente a informação é real”. Em relação há prepotência acrescentou que em sua opinião *“não fica bem ao presidente utilizar instituições para se auto promover”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que há pouco a vereadora reconheceu *“o diz que disse”*, não existido qualquer fundamento, e é nesse sentido que também não entende quais foram as instituições que foram utilizadas para se promover ou fazer show-off, solicitando um exemplo. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que em relação ao *“diz que disse”* existem situações que são reais, dado que são publicadas na comunicação social. Quanto à promoção de funcionários, gostaria de saber se é verdade ou não se os srs. João Braizinha e Casimiro Lopes foram promovidos. Findou referindo que quando os vereadores da oposição acusam o presidente de certas atitudes *“existe razão de ser”*, porém, considera que *“o mesmo poderá ou não aceita-las, está no seu direito”*, dando como exemplo a entrega de um equipamento, *“há pouco tempo”*, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim (AHBVA) sem que tivesse consultado a direção/órgão, *“o senhor não respeitou a instituição e/ou os órgãos instituídos eleitos”*. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que teve conhecimento da necessidade de aquisição de um manequim pediátrico com instrução de reanimação, por parte da AHBVA, dado que iniciar-se-ia um curso *“no dia a seguir”* nessa instituição, daí a urgência da entrega do material. Informou ainda que aquando dessa entrega julgou que o presidente da Associação estivesse presente, no entanto, o mesmo, apesar de informado não esteve presente. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que *“não é verdade”*, dado que o presidente da referida entidade não teve qualquer conhecimento e que *“o senhor pediu um exemplo, eu dei o exemplo, agora o senhor justifica uma coisa que não é justificável, tudo muito bem, concordamos com a necessidade, concordamos com tudo aquilo que se compre ou forneça aos bombeiros, tudo muito bem. Agora que o senhor não respeitou a instituição, os órgãos eleitos, o senhor não respeitou, que perguntou pelo seu presidente, o senhor não conhece o senhor presidente, não conhece a direção, se não*

conhece tem obrigação de conhecer, perguntou a quem? O senhor pediu um exemplo, eu estou a dar um exemplo claro, que é para não ir para mais exemplos, se quer mais exemplos eu dou-lhe mais". ----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para efetuar uma retrospectiva dos iniciativas realizadas, nomeadamente a II Edição da Feira do Borrego, organizada pela Junta de Freguesia de Giões, bem como as festividades do 1.º de maio (Bentos e Alcoutim). Endereçou de seguida um agradecimento a todos os colaboradores e entidades envolvidas. -----

----- O presidente da Câmara interveio para informar que o sr. Casimiro Lopes encontra-se nomeado, por despacho, para executar funções de encarregado, ao invés do colaborador sr. João Braizinha que não tem conhecimento de qualquer promoção. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º88) respeitante ao dia 10 de maio, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.240.808,02; -----

----- Operações Orçamentais - € 971.877,85; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 261.518,02. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 08/2016**, da reunião pública extraordinária, realizada no dia 21 de abril de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **Ata n.º 09/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do presidente de Câmara, (por não estar presente), aprovar a referida Ata. -----

----- **ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E RECREATIVA ESTRELA PEREIRENSE – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.000,00 (mil euros) à Associação Cultural, Social e Recreativa Estrela Pereirens, para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DOS AMIGOS DE GIÕES, GRITO D'ALEGRIA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 2.000,00 (dois mil euros) à Associação Cultural e Recreativa dos Amigos de Giões – Grito D'Alegria, para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS FARELOS E CLARINES – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º

5

da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.000,00 (mil euros) à Associação Amigos dos Farelos e Clarines, para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CLUBE DESPORTIVO DE VAQUEIROS – COMPARTICIPAÇÃO**

FINANCEIRA: Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.600,00 (mil e seiscentos euros) ao Clube Desportivo de Vaqueiros, para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar qual o critério aplicado às várias Associações/Clubes para atribuição dos subsídios desta natureza, dado que constata que existem montantes diferenciados, *“porque há, aqui entidades, que de facto vão fazer mais ações e tem menos dinheiro, em detrimento de outras, que fazem menos ações e tem mais dinheiro”*. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que o critério utilizado passa por reuniões entre o vereador Paulo Paulino e os responsáveis de cada Associação/Clube, solicitando de seguida a colaboração do vereador para esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que as reuniões com as referidas entidades *“passa por uma negociação igual há que existia, no passado”*, tendo o vereador José Pereira mencionado de seguida que *“o vereador Paulo Paulino esquece-se do que disse em reuniões anteriores”*. O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção frisando que as reuniões assentam na análise do Plano de Atividades de cada entidade, sendo os mesmos discutidos com as respetivas direções, para atribuição da verba, subsistindo apenas a diferenciação de que *“existem clubes que tem mais capacidade de gerar receitas”*. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que os *“senhores estão obcecados com o passado”*. De seguida frisou que em reuniões anteriores, quando o vereador Paulo Paulino foi confrontado com a atribuição de subsídios, o mesmo afirmou que tinha critérios de atribuição e agora *“desculpa-se com os critérios que eram usados no passado”*, e é nesse sentido que questiona *“qual eram os critérios que utilizávamos no passado”*, tendo o vereador Paulo Paulino frisado que *“era o diálogo”* com as Associações, *“tentando discutir um valor”*. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção para mencionar que *“o senhor disse que tinha um critério”*, e como tal questiona novamente *“qual o critério que é usado para chegar a esse consenso”*. -----

----- O vereador Paulo Paulino respondeu para salientar novamente que a questão da negociação assenta na análise do plano de atividades *“onde vamos ponto a ponto verificar onde existe despesa e onde existe receita, e as receitas previstas para estabelecer uma margem”*, prendendo-se esta situação apenas com uma questão de consenso, bom senso entre as direções das associações, *“e as reuniões que tive com elas foi realmente chegar a estes valores e estes valores não são impostos, são negociados, e são aceites perfeitamente”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o vereador não deve afirmar que *“o mesmo não aceita, dado que vota favoravelmente”*, e que encontra-se apenas a solicitar esclarecimentos, *“que os senhores negam-se sempre a explicar à oposição”*. Ainda deu nota que em reuniões anteriores, quando confrontamos o executivo permanente com a *“história”* dos subsídios, *“o senhor disse que tinha critérios, para atribuição e até agora, ainda não me conseguiu dizer qual é o critério”*. Acrescentou de seguida que conclui que não existe quaisquer critérios/definição para atribuição de subsídios, tendo o vereador Paulo Paulino frisado que o critério é o bom senso. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção salientando que a história da atribuição de subsídios *“faz lembrar”* os contratos programas com as Juntas de Freguesia em que a desculpa era a *“experiência”*. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para frisar que no ano de 2013, quando tomou posse, a Associação Grito D'Alegria informou-o da existência de um compromisso, por parte do anterior executivo, para um

subsidio extra, para a realização de uma outra iniciativa, e nesse sentido questiona qual foi o critério usado para atribuir esse valor, já depois dos subsidios atribuídos? -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o vereador está a levantar *“falsos testemunhos, incertezas, o diz que disse, o senhor veio dizer que a Associação Grito D’Alegria chegou ao pé de si, já depois das eleições, a informar que os anteriores vereadores tinham assumido subsidios, seja como for, digo-lhe duas coisas, subsidios não eram assumidos pelos vereadores, nem falo por mim, falo pelo Senhor vereador, Hugo Barradas, que tinha o pelouro das Associações, do Desporto e da Cultura, portanto, não acredito que o senhor vereador tivesse assumido, fosse o que fosse, porque não era assumido nada, sem ser presente primeiro a reunião de câmara. Agora, o senhor está fazendo acusações graves, que não têm a certeza daquilo que está a dizer, como tal solicito provas no sentido de o vereador A, B ou C tenha assumido com o Grito D’Alegria, a atribuição do subsidio extra reunião, prove, desafio-o a provar”*. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que apenas tomou conhecimento que o anterior executivo assumiu esse compromisso. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra aludindo que o critério usado é a negociação/entendimento existente com as Associações/Clubes, e como tal é da opinião que *“o passado teve coisas boas, más e menos boas, e o futuro com certeza também irá ser julgado, uma vez que é o trabalho da oposição”*. -

----- O presidente da Câmara interveio para referir que em termos de critérios de distribuição de verbas para as Associações/Clubes, existem duas formas de o fazer, nomeadamente uma folha de cálculo excel, que torna o trabalho mais simples, porém, *“poderá ser menos justo”*, bem como a análise conjunta dos Planos de Atividades, que em sua opinião será um modelo mais justo, *“enquanto isso for do consenso das pessoas, que são no fundo os beneficiários disto, são as associações, eu penso que o problema estará resolvido, e eu acho que esta é que é a justificação, este é que é o critério”*. -

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que corrobora com o mencionado pelo presidente, no entanto, considera que nestas questões verifica-se muitas vezes a injustiça, dado que, *“ao atribuir uma determinada*

R

verba (€ 1.000,00) a uma associação que faça pouco ou nada e atribuir outra verba (€ 1.500,00) a uma associação que faça quatro ou cinco atividades, já se está a gerar uma questão de injustiça”. Continuou frisando que corrobora com a análise conjunta do Plano de Atividades das Associações/Clube e da negociação existente, porém, considera que existem tratamentos/critérios diferenciados, exemplificando a atribuição de subsídio ao Clube de Karaté, o qual tem a sua concordância, com a atribuição de subsídio ao Grupo Desportivo de Alcouthim (GDA), no que concerne ao número de atletas. -----

----- O presidente da Câmara interveio para explicar a finalidade de cada protocolo exemplificado, uma vez que são diferenciados, lembrando de seguida que a retribuição para a economia local e valorização da atividade coaduna-se com esse tipo de apoio dado acreditar “se os miúdos do karaté não pagassem nada, provavelmente já não tínhamos metade dos miúdos nessa atividade”. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para frisar que a apenas exemplificou com essas entidades, “para se verificar que há critérios para uns assuntos e outros não”. Ainda deu nota, que no anterior mandato, existiam Associações que “pensavam em grande”, o que levou o executivo permanente, a definir medidas/critérios na atribuição de subsídios. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que considera “mais justo” existir uma forte negociação, e que tem conhecimento que as Associações/Clubes não conseguem sobreviver sem o apoio da Autarquia, uma vez que não existem muitas formas de angariar verbas, por parte das mesmas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CENTRO CULTURAL, RECREATIVO E DESPORTIVO DE SANTA MARTA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a

atribuição de comparticipação financeira de € 1.000,00 (mil euros) ao Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Santa Marta , para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **COMISSÃO DE CONCESSÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – NOMEAÇÃO DE VEREADORES E DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o preconizado na alínea a) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Medalhas Municipais, que seja nomeado um vereador de cada bancada dos partidos que compõem a Câmara Municipal, para integrarem a Comissão de Concessão e remeter para a Assembleia Municipal a presente proposta, para designação de um representante de cada bancada dos partidos que compõem aquele órgão, para integrarem a comissão, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento. -----

----- Após discussão, foram designados os vereadores José Galrito (PS) e Drª. Dalila Barros (PSD) para integrar a Comissão de Concessão de Medalhas Municipais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, designar os vereadores José Galrito (PS) e Drª. Dalila Barros (PSD) para integrar a Comissão em epígrafe. -----

----- **ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE TACÕES – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 1.000,00 (mil euros) à

Associação Sociocultural e de Desenvolvimento de Tacões , para apoio à Execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROJETO DE EXECUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE MONTES DO RIO - APROVAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o Projeto de Execução da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Montes do Rio, nos termos da informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos (DOPGU), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DO CM – EM 507 – TROÇO PEREIRO/SANTA MARTA – LIBERAÇÃO PARCIAL DE SEGURO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Caução de 30%, na importância de € 5.370,20 (cinco mil trezentos e setenta euros e vinte cêntimos), referente ao 2.º ano, da apólice n.º 80.10.03870, emitida pela AXA PORTUGAL – Companhia de Seguros, S.A, bem como que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Caução de 30%, na importância de € 5.370,20 (cinco mil trezentos e setenta euros e vinte cêntimos), referente ao 2.º ano, da apólice n.º 80.10.004075 emitida pela AXA PORTUGAL - Companhia de Seguros, S.A. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

-----EMPREITADA DO E.M 507 - TROÇO
GIÕES/FARELOS/TESOURO/EM 124 - LIBERAÇÃO PARCIAL DE

SEGURO DE CAUÇÃO: Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Caução de 30%, na importância de € 6.292,03 (seis mil duzentos e noventa e dois euros e três cêntimos), referente ao 2.º ano, da apólice n.º 80.10.03871, emitida pela AXA PORTUGAL - Companhia de Seguros, S.A, bem como que se proceda à provação da Liberação Parcial de Caução de 30%, na importância de € 6.292,03 (seis mil duzentos e noventa e dois euros e três cêntimos), referente ao 2.º ano, da apólice n.º 80.10.004076 emitida pela AXA PORTUGAL - Companhia de Seguros, S.A. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO - CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, DE CULTURA E DESPORTO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para aprovar, que seja mantida a atribuição do abono para despesas de representação ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, de Cultura e Desporto, a contar da data da atual nomeação, dia 1 do corrente mês de maio, uma vez que ao mesmo já havia sido, por deliberação tomada pelos órgãos executivo e deliberativo, em reunião de 09 de junho de 2015, e sessão de 26 de junho de 2015, respetivamente, atribuído o abono de despesas de representação no montante de € 194,80/mês, aquando da sua nomeação em regime de substituição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

12

B

----- ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO:

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar autorizar a abertura dos seguintes procedimentos concursais: -----

1 (um) Assistente Operacional – cozinheiro/a, por tempo indeterminado para desempenho de funções no Agrupamento de Escolas do concelho de Alcoutim, a afetar ao Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação; -----

1 (um) Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa, por tempo indeterminado para desempenho de funções no Agrupamento de Escolas do concelho de Alcoutim, a afetar ao Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação;

2 Assistentes Operacionais – condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais por tempo indeterminado para afetar ao serviço de Infraestruturas, Máquinas e Viaturas; -----

1 Técnico Superior – área de Informática, por tempo indeterminado para afetar ao Gabinete de Informática e Telecomunicações; -----

Deliberar ainda no sentido de dar cumprimentos ao estabelecido no n.º 3 do artigo 30.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, ou seja, que os recrutamentos sejam restritos aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado; -----

Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do disposto no ponto anterior, deliberar no sentido de admitir candidatos que se insiram no universo a que se refere o n.º 4 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto.

----- A vereadora Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos, no ponto segundo da proposta, nomeadamente *“que os recrutamentos sejam restritos aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio igualmente para questionar quais

são os limites para a contratação de pessoal. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO/REQUERENTE: JOSÉ DO SACRAMENTO BRITO – PROCESSO 08/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 500,00 (quinhentos euros) ao sr. José do Sacramento Brito, para fazer face à aquisição de fraldas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE MUNICÍPIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL – JUNHO A DEZEMBRO DE 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, cuja finalidade é a integração profissional de municípios do concelho de maior vulnerabilidade à exclusão social, com uma previsão de custos de € 9.000,00 (nove mil euros). -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros interveio para questionar quais são os intervenientes do processo, tendo o presidente esclarecido que ainda não se encontram definidos, no entanto, entregará documento escrito, com essa referência posteriormente. A vereadora continuou a sua intervenção

relembrando que o colaborador do programa, afeto à Piscina Municipal continua ausente do posto de trabalho, tendo o presidente prestado de seguida os devidos esclarecimentos sobre o assunto, nomeadamente que o referido colaborador encontra-se em casa, devido à situação de doença que apresenta, prevendo-se encontrar uma solução que permita efetuar o trabalho ocupacional a partir da sua habitação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM UMA ÁREA DE 1,20 M², JUNTO À HOSPEDARIA BRISA DO GUADIANA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parcela de terreno com uma área de 1,20m², junto à Hospedaria Brisa do Guadiana. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 11 de maio de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e treze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires,

15



Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

